

Nietzsche e o problema da fisiologia do ressentimento na moral religiosa

Renato Nunes Bittencourt

Doutorando do PPGF-UFRJ/Bolsista do CNPq

Introdução

Podemos defender a idéia de que Nietzsche, quando desenvolve as suas críticas aos valores vigentes da moralidade religiosa cristã, se preocupa especialmente em denunciar o processo de transformação da compreensão de mundo imposto por tal ideário, principalmente a crença na existência de uma dimensão espiritual imputada como superior ao mundo em que vivemos. Essa opção incondicional pela suposta realidade do mundo espiritual decorre do fato de que este pretensamente perfeito e imutável, enquanto o mundo terreno, inserido no processo de devir, manifesta a impermanência e a degradação dos seus caracteres, sendo assim uma esfera de imperfeição espiritual. A verdadeira vida se encontra no plano supra-sensível.

Cabe a seguinte indagação: por qual motivo uma religião nega o valor do corpo, buscando a verdadeira existência numa realidade abstrata? A resposta para tal questão pode ser concedida mediante o uso de critérios “fisiológicos” na interpretação das determinações morais do ideário cristão. É importante destacar que, na acepção nietzschiana, o termo “fisiológico” consiste da junção indissociável do “orgânico” com o “psicológico”. Ao criticar o Cristianismo enquanto expressão institucionalizada, leva em consideração os aspectos “fisiológicos” decorrentes da instauração dessa moral religiosa na civilização ocidental, de que modo ela prejudica ou potencializa a vitalidade corporal. Mesmo o projeto nietzschiano de investigação genealógica da moral encontra a sua sustentação axiológica no estudo dos estados fisiológicos que determinaram a criação dos conceitos morais e a imposição de uma série de regras universais de conduta ao rebanho de fiéis. O veredicto “fisiológico” pronunciado contra a moral cristã seria o que esta nasce de uma doença existencial, e se perpetuou mediante a contaminação da civilização ocidental com os seus ressentidos elementos

109

virulentos. A situação paradoxal dessa questão reside no fato de que os valores reativos em vigor na moralidade cristã rompem radicalmente com a práxis originária da obra evangélica de Jesus, que difundiu justamente um modelo de conduta pautado na possibilidade de supressão dos elementos reativos e doentios da condição psicofisiológica do homem, valorosa atividade beatífica dissipada por seus supostos seguidores.

Uma interpretação fisiológica da religião cristã

A questão do ressentimento se encontra subjacente nas críticas de Nietzsche ao Cristianismo enquanto religião de caráter normativo, que se utiliza do seu jugo sócio-político para controlar as disposições pessoais dos seus adeptos, impondo-lhes valores morais rigidamente ascéticos que, praticamente impossíveis de ser realizados, motivam a contínua degenerescência orgânica e o adoecimento psíquico do fiel que, ansioso por cumprir as regras normativas determinadas pelo clero cristão, esgota suas forças psíquicas em prol de seu pretenso aprimoramento moral.

Um grande problema presente na “psicologia” do Cristianismo institucionalizado consiste na sua insuficiência em auxiliar o seu seguidor a solucionar os seus distúrbios afetivos e a lidar de modo saudável com a sua constituição fisiológica, pois a dogmática cristã impõe um padrão antinatural de conduta, mas não oferece os mecanismos técnicos que possibilitam de fato ao fiel concretizar os estados de postulada pureza espiritual. Tanto pior, ao mesmo tempo em que prega supostamente o perdão incondicional ao próximo, a teologia cristã salienta a diferença entre o fiel e o infiel, motivando uma ruptura entre a aceitação do “igual”, do cristão, e o da figura do “outro”, do não-cristão. Entretanto, podemos nos questionar até que ponto a teologia cristã realmente cumpre as prédicas do amor ao próximo e da concessão do perdão, pois que ela, para estabelecer o seu controle sobre a mente dos fiéis, depende radicalmente desse choque de valores entre a esfera da cristandade e a dimensão do “outro”, que se encontra alheio aos parâmetros preconizados pela esfera moral da religião cristã. A instituição da Inquisição comprova tal incapacidade de afirmação da diferença axiológica, e pensar na sua realização como um ato de “amor”

visando a elevação espiritual do condenado denota a adoção de uma perspectiva que escamoteia a autêntica disposição que motivou a Igreja cristã a assassinar os “hereges”: o ressentimento que nasce da impossibilidade de interação da mentalidade obtusa com outros eixos axiológicos.¹ Se de fato a moral cristã manifestasse uma valoração saudável e uma compreensão da realidade que potencializasse as condições concretas da vida, tais procedimentos não seriam necessários. Entretanto, a instituição cristã nasce de uma má interpretação da práxis evangélica de Jesus, que recebe uma conotação moral que lhe é intrinsecamente estranha. Conceitos que não fariam parte da valoração evangélica de Jesus se tornam os artigos de fé por excelência da estrutura eclesiástica, que impõe assim sua atividade opressora sobre a civilização cristã.

Nietzsche considera existir uma incongruência axiológica no dogma da Ressurreição, uma vez que a visão de mundo cristã fez desse acontecimento sagrado a condição *sine qua non* para o estabelecimento de sua crença religiosa, quando, na verdade, a trajetória da práxis evangélica por si só já deveria servir de instrumento jubiloso capaz de reforçar as disposições beatíficas dos fiéis. O caráter mais elevado da prática crística não depende da ocorrência de eventos que sirvam de confirmação da autoridade sagrada de Jesus, procedimento tão bem articulado pelo discurso teológico cristão, mas da capacidade de viver efetivamente na sua esfera sagrada. A Paixão de Jesus, o acontecimento sagrado que resume a experiência evangélica da beatitude e do perdão, através da má compreensão dos seus discípulos, adquire uma aura moralizante, despertando a consciência de culpa na mentalidade dos fiéis, pois o “Cordeiro de Deus” foi imolado em prol da redenção espiritual da humanidade, mais precisamente, a massa humana que se submete ao normativo credo cristão. Conforme argumenta Nietzsche,

¹ Max SCHELER é o representante por excelência de tal ponto de vista: “A inquisição não executava as penas tão-somente com a intenção do amor à comunidade dos crentes, tendo em vista o fato destes serem envenenados pelos heréticos e enganados no que concernia a sua salvação; mas, também, com a intenção absolutamente sincera de amor pelos próprios hereges – mesmo que eles estivessem fundamentados em outro tipo muito estranho de crença, segundo nosso ponto de vista. Nestes casos, a alma herética deveria ser aconselhada através da sua queimação corporal, preparando-a, de algum modo, para receber a graça divina” (SCHELER, Da Reviravolta dos Valores, p. 127).

Nietzsche e o problema da fisiologia do ressentimento na moral religiosa

- A partir de então houve um problema absurdo: “como *podia* Deus permitir isso?” A perturbada razão da pequena comunidade deu-lhe uma resposta assustadoramente absurda: Deus deu seu filho em sacrifício para o perdão dos pecados. De uma só vez acabou-se o evangelho! O *sacrifício expiatório*, e em sua forma mais bárbara e repugnante, o sacrifício do inocente pelos pecados dos culpados! Que pavoroso paganismo! – Jesus havia abolido o próprio conceito de “culpa” – ele negou todo abismo entre Deus e homem, ele *viveu* essa unidade de Deus e homem como sua “boa nova”... E não como prerrogativa! – A partir de então entra no tipo do Redentor, passo a passo, a doutrina do julgamento e do retorno, a doutrina da morte como uma morte sacrificial, a doutrina da *ressurreição*, com a qual é escamoteado o conceito de “beatitude”, a única realidade do evangelho – em prol de um estado *posterior* à morte!... Com a insolência rabínica que sempre o caracteriza, Paulo racionalizou esta concepção, esta *obscenidade* de concepção, da seguinte forma: “Se Cristo não ressuscitou de entre os mortos, é vã a nossa fé” [1 Coríntios, 15,14], - E de uma só vez o evangelho se tornou a mais desprezível das promessas não realizáveis, a desavergonhada doutrina da imortalidade pessoal... O próprio Paulo ainda a ensinava como *recompensa*!... (O Anticristo, § 41) [Trad. PCS]

A elaboração de uma escatologia do pecado, da punição espiritual a ser aplicada no infiel que descumpra os pretensos mandamentos divinos, rompe com a mensagem de Jesus de beatitude e serenidade psicológica, pois estimula a formação de afetos de medo nas disposições individuais. A ameaça de sofrer eternamente no palco de expiações do Inferno é um recurso coercitivo que submete o cristão devoto aos interesses particulares da casta sacerdotal, a qual é movida pelo rancor contra todo tipo de ação que contraria as suas expectativas moralistas, pois nada lhe desagrada mais do que o desvio de conduta de um indivíduo, isto é, a sua ousadia em agir de forma singular. É a partir de tal perspectiva que Nietzsche ironiza o fato de Dante Alighieri inserir no portal do “Inferno” de sua *Divina Comédia* a inscrição “Também a mim criou o eterno amor” (DANTE, “Inferno”, III, vs. 5-6), quando na verdade seria mais adequado dizer “Também a mim criou o eterno ódio” (NIETZSCHE, *Genealogia da Moral*, I, §15)

Conforme argumenta Eugen Biser acerca da crítica nietzschiana à moral cristã, como produto institucionalizado de uma ficção frustrada que na forma de conceito da maioria conquistou poder sobre os homens e os despojou de suas melhores qualidades, o próprio Cristianismo é uma configuração espiritual de poder que deduz das ficções nele concentradas toda força repressiva da atuação narcotizante.² A ordem sacerdotal luta continuamente contra a afirmação da diferença e da possibilidade de surgir personalidades singulares e criativas. Nietzsche salienta que

A Igreja excomungou os imperadores alemães em nome dos seus vícios! Como se qualquer monge ou padre pudesse se permitir discutir o que um Frederico II pode requerer de si mesmo. Um Don Juan é despachado para o Inferno. É bem ingênuo. Observou-se que todos os homens interessantes não estão no Céu? [...] A Igreja enviou ao Inferno todos os grandes homens. – Ela combate contra toda a grandeza do homem [KSA XIII Fragmento Póstumo 11 [153]

Tachando de “pecador” quem foge aos parâmetros comportamentais estabelecidos, a estrutura teológica cristã estigmatiza tal indivíduo diante da comunidade de fiéis, favorecendo assim a sua exclusão do grupo no qual ele se encontrava originalmente inserido. Tal como Nietzsche destaca, o Cristianismo institucionalizado vive do pecado, pois este é o recurso pelo qual a moral religiosa consegue exercer o seu domínio sobre a mentalidade comum dos devotos. Todavia, a esfera eclesiástica perdoa todo tipo de “delito espiritual”, desde que o fiel se arrependa, isto é, se submeta aos ditames sacerdotais (**O Anticristo, § 26**).

O processo de negação do valor existencial do dito “pecador” empreendido pelo sacerdote ascético é uma espécie de vingança na qual se reprova os costumes de todo aquele que não segue a moral estabelecida (**O Anticristo, § 30**). Nietzsche destaca ainda a idéia de que no próprio conceito de “pecado” existe a manifestação evidente da crueldade e do desejo de tortura da parte do sacerdote sobre os fiéis, pois que a elite religiosa instiga a

² Cf. BISER, Eugen. “Relação de Nietzsche com Jesus – um confronto psico-literário” In: *Nietzsche e o Cristianismo*, p. 76.

afetação depressiva dos indivíduos que não conseguem realizar ações ascéticas de negação da própria natureza humana. Por conseguinte, diversos transtornos psíquicos surgem na mente do fiel, inoculado com a consciência culpada, originando assim o seu adoecimento psicofisiológico. Insuflando o medo e a angústia na consciência dos devotos, o sacerdote consegue controlar de modo mais intenso os seus intentos ignominiosos (**Aurora**, § 53).

Quando a casta sacerdotal obtém êxito no seu processo de depreciação das ações imputadas como “impuras”, ela consegue fazer com que esse “desviado” torne a aceitar a ortodoxia da lei religiosa, inclinando-se diante da autoridade moral dos sacerdotes. Certamente é o medo diante da ameaça de uma punição de grandes proporções que faz com que esse indivíduo pondere sobre o teor das suas ações, e se proponha a pedir piedade por seu pretensamente ato de iniquidade contra as leis religiosas de seu credo. Tal como Nietzsche destaca com veemência, o sacerdote sabe se utilizar plenamente dessa instabilidade afetiva do fiel, para que possa exercer seu domínio sobre a vida desse indivíduo (**O Anticristo**, § 26). Uma vez que este cristão desconhece de maneira efetiva a postulada realidade do além-mundo, ele prefere se humilhar diante dos seus mandatários religiosos, aceitando o domínio exercido pelo núcleo sacerdotal, ficando assim em “paz de consciência”, pois que o retorno humilde aos valores morais de seu núcleo de vida é, para ele, uma suposta garantia de que Deus lhe observará a partir de então com um olhar de piedade, livrando-o dos tormentos eternos do Inferno. Mesmo os “justos” não se encontram seguros diante da Ira Divina, conforme o texto da Missa de Réquiem evidencia: “O que poderei dizer, desgraçado de mim?/Que protetor poderei evocar / quando nem o justo estará seguro?”

A tendência de homogeneizar os devotos em um padrão comum de comportamento e valoração favorece o controle sobre as mentes individuais, daí decorrendo a idéia de uma moral de rebanho, que, desprovida de senso crítico, não é capaz de entrar em choque com as imposições normativas dos líderes religiosos. Quando alguém consegue se separar da sufocante imposição dessa esfera teocrática, a solução encontrada por esta consiste em vilipendiar tal indivíduo libertário como o “herege”, como o “maldito”, para que se possa neutralizar ao máximo a sua atitude subversiva. A questão

paradoxal de tudo isto que foi apresentado consiste na idéia de que esse projeto de perseguição contra a divergência de valores, utilizando-se dos subterfúgios coercitivos do pecado e da condenação espiritual ao Inferno, é um grotesco atentado ao legado evangélico de Jesus. Enquanto este buscou proporcionar ao homem a plácida supressão dos seus estados afetivos caracteristicamente doentios através da afirmação da alegria, do amor e do perdão, disposições que promovem a saúde psíquica, a elite sacerdotal que se apropria da sua mensagem neutraliza a efetivação de tais sentimentos saudáveis, pois justamente a circunstância que é favorável aos seus objetivos escusos é a manutenção do medo, da tristeza e do ressentimento na afetividade do indivíduo cristão. A citação nietzschiana esclarece a ação do ressentimento no organismo humano:

(...) E nenhuma chama nos devora tão rapidamente quanto os afetos do ressentimento. O aborrecimento, a suscetibilidade doentia, a impotência de vingança, o desejo, a sede de vingança, o revolver venenos em todo sentido – para os exaustos é esta certamente a forma mais nociva de reação: produz um rápido consumo de energia nervosa, um aumento doentio de secreções prejudiciais, de bílis no estômago, por exemplo. O ressentimento é o proibido em si para o doente – seu ma: infelizmente também sua mais natural inclinação (...). O ressentimento, nascido da fraqueza, não é prejudicial a ninguém mais que ao próprio fraco (**Ecce Homo**, “Por que sou tão sábio, § 6).

Como maneira de se contrapor aos valores decadentes que vigoraram ao longo da história distorcida do Cristianismo, Nietzsche focaliza a sua atenção para o Oriente, considerando lá encontrar um parâmetro de vida que preconiza e pratica efetivamente um conjunto de ações em que os afetos decadentes, que prejudicam o funcionamento saudável da fisiologia individual, são razoavelmente suprimidos. Trata-se do Budismo, o qual, segundo a perspectiva nietzschiana, constituiu-se historicamente como um padrão de conduta que pretendia diminuir rigorosamente o efeito nocivo do ressentimento sobre a afetividade do seu praticante, em vista dos evidentes transtornos psicofisiológicos causados por esse estado

declinante da vitalidade (**O Anticristo, §20**).³ Tanto melhor, ao abolir a noção de pecado, a prática budista retira o caráter moralista (normativo e coercitivo) de sua valoração sobre o mundo, pois não impõe deveres, mas indica uma espécie de caminho de serenidade a ser seguido pelo praticante (**O Anticristo, § 20**). É importante destacar que Nietzsche generaliza o termo “Budismo”, pois que essa prática de vida, no decorrer de sua história, ramificou-se em diversas tendências doutrinárias, gerando assim inúmeras variações nos diversos locais em que se estabeleceram esses ensinamentos e suas respectivas aplicações práticas. Obviamente que Nietzsche não pretende se deter numa análise pormenorizada dessas diversas tradições budistas, tampouco refletir acerca dessas variações doutrinárias e diferenças de práticas. Para o filósofo, o procedimento mais importante consiste em demonstrar que a prática budista, tal como desenvolvida originariamente por Sidarta Gautama, o Buda, exerce um poderoso efeito supressor dos afetos degenerativos dos seus praticantes, de modo que essa conduta de vida serve de contraponto ao ascetismo decadente da moral cristã, uma corrupção reativa da beatitude crística proposta por Jesus.

O Budismo deve ser compreendido como um modelo de vida que se distancia de qualquer tipo de legislação normativa sobre a consciência individual, propondo, isto sim, prescrições práticas de conduta que visam proporcionar a aquisição do bem-estar individual, por meio da supressão do desejo, fonte de todo sofrimento, pois que, eliminando o apego excessivo aos padrões do mundo material, eliminamos o núcleo desiderativo das nossas ações. O Budismo, portanto, se caracteriza por pretender retirar a noção de culpa moral da avaliação da ação humana, pois que essa é a matriz dos males psicofisiológicos que nos afetam na vida prática. Tanto melhor, eliminando o corrosivo sentimento de culpabilidade moral, o efeito degenerativo do ressentimento também é mitigado, pois aprendemos a conviver com as diferenças e a compreender as nossas características singulares, sem que nos depreciemos diante do mundo

³ Sobre a interpretação de Nietzsche sobre o Budismo, é pertinente a leitura do Cap. 3 da IV Parte de *Nietzsche et le probleme de la civilisation*, de Patrick WOTLING, p. 297-314.

por causa de uma suposta fraqueza e sem que invejemos outrem em razão de um possível sucesso por ele obtido (**O Anticristo, § 20**).

A prática budista luta efetivamente contra a dor e, para tanto, favorece a supressão do mal-estar existencial do ressentimento, através da contínua diminuição da intensidade do seu principal afeto condutor, o ódio, fazendo assim com que o seu adepto venha a progressivamente desenvolver uma condição de vida mais saudável e jubilosa, pois que se encontra livre das circunstâncias que poderiam lhe motivar estados psíquicos de agitação nervosa e, por conseguinte, de sofrimento (**O Anticristo, § 20**). A violência e o ódio do agressor são efetivamente vencidos não mediante a contraposição de uma mesma intensidade de forças reativas, mas sim pelo amor, pela compreensão, pela manifestação nas disposições psíquicas de um estado de paz inefável que não se deixa subjugar por flutuações afetivas discordantes. É através da expansão dessa harmonia intrínseca que o veneno dos rancorosos afetos degenerativos se dilui na experiência beatífica do Budismo.

Conforme anteriormente, o ressentimento na esfera religiosa surge justamente da incapacidade de aceitarmos as diferenças axiológicas nas diversas esferas das relações pessoais, pois, uma vez que nos submetemos aos ditames coercitivos da moralidade da religião que seguimos piamente, não toleramos o comportamento destoante em relação ao efetivado pela grande massa. Pois se as regras religiosas prescrevem a ascese, a castração das inclinações pessoais, quando um indivíduo se destaca, por meio de sua ação divergente, do rebanho de fiéis, seu comportamento gera insatisfação entre os seguidores dos mandamentos, que obedecem passivamente aos valores estabelecidos. Quando tal indivíduo se destaca dentre o grupo amorfo da massa anônima, ele afronta as normas vigentes, estimulando os demais a adotarem ações contrárias às leis estabelecidas. Todavia, para aquele se encontra na plena aceitação de regra moral, o comportamento destoante não é tolerado, pois ele pensa que, se porventura ele segue tais regras na esfera da comunidade, todos também devem segui-la. Trata-se de uma espécie de controle moral sobre a conduta da coletividade, na qual o indivíduo, além de pretender seguir rigidamente os ditames estabelecidos, vigia também a ação do próximo. Essa prática normativa, comparada com o Budismo, se revela uma tenebrosa

conduta, que impede ao homem tomar posse de si mesmo, controlando de modo consciente as suas pulsões, a fim de expandir a sua força vital para propósitos de poderosa criatividade.

Para Nietzsche, nada é mais estranho ao Budismo do que o projeto de controlar o grupo de fiéis através da legitimação do medo diante do desconhecido e do rancor diante do diferente (**O Anticristo, § 21**). O Cristianismo corrompido pela dogmática moralista proclama o ódio contra tudo aquilo que se mostra como diferente, pois a manifestação da discrepância fere o princípio normativo da identidade (**O Anticristo, § 21**). Essa modalidade distorcida da prática cristã cria uma dependência do fiel para com a figura do sacerdote, pois este é considerado a autoridade máxima que poderá guiá-lo em sua vida, chegando ao ponto de escolher por ele as ações que ele próprio deve tomar. O Budismo, por sua vez, se distancia completamente de tal padrão de conduta, pois preconiza a idéia de que o caminho para a liberdade espiritual se elabora através da solidão, da singularidade do indivíduo, sem que este dependa de uma autoridade externa para alcançar o contato com a esfera do divino. A interação do adepto budista com o universo não ocorre com a participação mediata da instituição religiosa.

A prática religiosa deve ser entendida como um artifício fisiológico que favorece a instauração do bem-estar pessoal, através do desenvolvimento de estados psíquicos que retirem da afetividade humana os sentimentos que prejudicam a manutenção adequada da saúde orgânica. Podemos encontrar esse processo na mensagem evangélica de Jesus acerca do amor fraterno do homem pelo homem e na prédica do perdão incondicional, assim como no Budismo, através da idéia de que o ódio somente tende a gerar mais ódio, de maneira que este se dissolve através do amor e da concretização da alegria beatífica.⁴ Uma vivência religiosa que se instaura a partir dessas premissas tende a ser amplamente favorável para o desenvolvimento saudável da vida e de uma compreensão da existência pautada na alegria, na confiança, na gratidão, pois retira

⁴ Conforme Nietzsche salienta, “a práxis do Cristianismo não é nenhuma fantasmagoria, tampouco a práxis do Budismo o é: é um meio para ser feliz” (KSA XIII, Fragmento Póstumo 11 [365])

do indivíduo o mal-estar decorrente da existência do medo e do rancor na sua afetividade. Para Nietzsche, tais estados degenerativos distorcem a percepção humana da realidade, envenenando as valorações e impedindo o florescimento de uma compreensão afirmativa da existência, mesmo nas condições de vida mais desfavoráveis (**Genealogia da Moral, I, § 10**).

A partir dessas circunstâncias, podemos desenvolver os seguintes questionamentos: o que motiva, no sacerdote de uma religião de caráter normativo, a elaboração de um discurso marcado pela virulência contra todos aqueles que não seguem os seus parâmetros morais estabelecidos? Por qual motivo o aparato teológico dessas religiões constantemente faz uso de discursos nos quais os seus temas principais são as ameaças metafísicas de punição eterna contra aqueles que demonstram desajuste em relação aos valores morais estabelecidos? Essa perspectiva rancorosa, permeada da idéia de culpa e de expiação é uma grande distorção em relação aos valores originais da vivência originária cristã, afirmadora do amor, da paz de espírito e da alegria do adepto. Talvez seja em decorrência dessa circunstância que Nietzsche afirme “somente ter existido um cristão, e que esse morreu na cruz” (**O Anticristo, § 39**) Afinal, a valoração ressentida, legitimando o desenvolvimento de estados psíquicos de ódio, de depreciação da diferença, é evidência nítida de que ela se encontra plenamente distante do sentido original da mensagem cristã. Ao invés dessa moral religiosa fazer uso da mensagem evangélica em prol da instauração dos estados beatíficos da afetividade, ela distorce horrivelmente o legado de Jesus, utilizando-a como recurso de coerção sobre os fiéis através do sentimento de culpa, o que se trata de uma afronta aos valores evangélicos realizados pelo Nazareno. Tal como Nietzsche destaca,

Em toda a psicologia do ‘Evangelho’ falta a noção de culpa e de castigo, assim como a idéia de recompensa. O ‘pecado’, toda a relação de distância entre Deus e o homem fica suprimido – Essa é precisamente a *Boa Nova*. A beatitude não está prometida, não se encontra vinculada a condições: é a *única* realidade – o resto é sinal para dela se falar... As conseqüências de um tal estado projetam-se numa prática nova, a prática genuinamente evangélica [...] A vida do Salvador nada mais foi do que *esta* prática – a sua morte também nada foi de diferente.. Ele já não tinha necessidade

nem de fórmulas, nem de ritos, para a sua comunhão com Deus – nem sequer da oração. Acabou com toda a doutrina judaica da penitência e da reconciliação; sabe que só com a *prática* da vida é que alguém se sente ‘divino’, ‘bem-aventurado’, ‘evangélico’, e a cada momento um ‘Filho de Deus’. A ‘penitência’ e a ‘oração pelo perdão’ não são caminhos para Deus: só a *prática evangélica* leva a Deus, ela é justamente ‘Deus’. O que se aboliu com o Evangelho foi o judaísmo das noções de ‘pecado’, de ‘remissão dos pecados’, de ‘fé’, de ‘salvação pela fé’ – toda a doutrina *eclesiástica* judaica foi negada na ‘Boa Nova’ (**O Anticristo, § 33**). [Trad. de AM].

Entretanto, conforme podemos ver, a teologia cristã se distanciou consideravelmente dessa base originária pautada no amor do homem para com a esfera divina, afirmando o temor diante da ira divina, um recurso normativo que demonstra o ressentimento diante da postulada idéia de culpabilidade humana. Quando Nietzsche lança a idéia polêmica de que somente existiu um cristão, e que esse morreu na cruz, o que ele pretende dizer com tal afirmação? Que a genuína mensagem cristã se encerrou com Jesus, pois aquilo que se desenvolve a partir de então foi apenas uma distorção de sua prática originária (**O Anticristo, § 39**). Dentre os indivíduos que se consideram como “cristãos”, qual deles pode realmente se dizer como tal? Conforme Nietzsche ressalta, ser cristão não é apenas um nome, um título, mas uma vivência íntima, que corresponde a uma mudança de comportamento e de valoração sobre o mundo, tendo por base o amor incondicional do homem pelo homem, assim como a capacidade de perdoar a ofensa recebida em qualquer circunstância, legitimando um estado de inocência no qual o ressentimento não consegue manifestar sua carga degenerativa. Nietzsche destaca que a autêntica prática cristã é possível em qualquer época, mas qual homem pode realmente efetivá-la? (**O Anticristo, § 39**). Para tanto, é necessário que o espírito de vingança e de ressentimento contra a diferença seja posto de lado na interação do indivíduo com o mundo. O grande problema existente nessa relação moral é justamente a incapacidade do dito cristão colocar em prática os ensinamentos evangélicos de Jesus, na primeira oportunidade em que ele é exigido em sua vida prática. Ao menor sentimento de ofensa, as sublimes prédicas evangélicas se esvaem.

Nietzsche e o problema da fisiologia do ressentimento na moral religiosa

Ao analisar a vivência originária do Cristianismo, Nietzsche afirma que essa prática espiritual nega a relevância de qualquer convenção moral estabelecida, daí a desvalorização da resistência aos ditames impostos pela normativa lei social. Essa indiferença diante da autoridade, longe de ser sinal de passividade ou fraqueza da parte do espírito original da vivência crística, é marca da sua elevação axiológica, pois demonstra que apesar de toda a opressão da norma imposta, a beatitude evangélica não se esvai. Portanto, é uma grande contradição ver um dito cristão envolvido em guerras, polêmicas jurídicas, jurando em nome da lei. Com efeito, Nietzsche pergunta retoricamente:

Para onde foi o último sentimento de decência, de respeito de si mesmo, se até os nossos estadistas, homens bastante desembaraçados e perfeitamente anticristãos nos atos, ainda se denominam cristãos e recebem a comunhão?... Um jovem príncipe, à frente do seu regimento, magnífico como expressão do egoísmo e da soberba de seu povo – mas, sem nenhum pudor, confessando-se cristão!... A *quem* o cristianismo nega, então? O que chama de “mundo”? ser soldado, juiz, patriota; defender-se; zelar por sua honra; querer sua vontade; ser orgulhoso... Toda prática de todo momento, todo instinto, toda valoração que se torna *ato* é anticristã atualmente: que aborto de falsidade deve ser o homem moderno, se apesar de tudo não se envergonhar de ainda chamar-se cristão! (**O Anticristo**, § 38).⁵ [Trad. de AM]

Após estas explicações, considero pertinente problematizarmos a questão da Crucificação de Jesus. O sentido desse evento consistia na demonstração evangélica da expressão máxima do perdão aos agressores e da capacidade de amar, práticas que dissolvem os efeitos reativos do ressentimento mesmo nas

⁵ Nesse ponto, é importante destacar o quanto Nietzsche é devedor das teorias de Tolstói: “Cristo pedia realmente a seus discípulos que aceitassem os preceitos do Sermão da Montanha? Então pode ou não o cristão participar da justiça, seja como juiz, seja como acusador, o que se constitui numa apelação à força? Pode ele ou não, permanecer cristão, participar da administração, isto é, usar da força contra seus semelhantes? E enfim, pergunta mais importante, a que, com o serviço militar obrigatório, interessa hoje a todos: pode o cristão, contrariamente à indicação tão precisa de Cristo, servir o exército e assim cometer homicídio ou preparar-se para tal?” (TOLSTÓI, *O Reino de Deus está em vós*, Cap. II, p; 56).

condições existenciais mais desfavoráveis. A experiência do perdão crístico pode ser compreendida psicofisiologicamente como um mecanismo de supressão de ímpetos virulentos de rancor, eliminados efetivamente da afetividade do indivíduo pela capacidade de se assimilar satisfatoriamente as vivências turbulentas.⁶ Para Nietzsche

Esse “alegre mensageiro” morreu como viveu, como ensinara – não para “redimir os homens”, mas para mostrar como se deve viver. A prática foi o que ele deixou à humanidade: a sua conduta perante os juízes, perante os verdugos, perante os acusadores e perante toda a espécie de calúnia e ultraje. O seu comportamento na cruz, não resiste, não defende o seu direito, não dá passo algum que afaste dele o fim; mais ainda, provoca-o... e suplica, sofre, ama com aqueles que lhe fazem mal... as palavras proferidas ao ladrão na cruz encerram todo o evangelho – “este era em verdade um homem divino, um filho de Deus” – Diz o ladrão – “Se sentes isso – responde o Redentor – então estás no Paraíso, és também um filho de Deus...”⁷ Não se defender, não se encolerizar, não se encolerizar, não responsabilizar... mas também não resistir ao mal – amá-lo... (**O Anticristo**, § 35) [Trad. de AM].

Todavia, a teologia cristã utilizou-se desse acontecimento como um recurso moralista de persuasão, a fim de despertar nos adeptos cristãos sentimentos vingativos contra os “infiéis” que cometeram esse “crime divino”, decorrendo daí o estigma que a

⁶ Nietzsche já havia destacado na **Genealogia da Moral**, I, § 10 o vínculo entre perdão e esquecimento, considerando tal relação a genuína condição para haver o evangélico amor aos inimigos. Para uma competente problematização da questão do perdão na perspectiva nietzschiana, remeto a PASCHOAL, Antonio Edmilson. “O perdão como sinal de força e saúde. Especulações em torno da filosofia de Friedrich Nietzsche” In: BARRENECHEA, Miguel Angel de (org.). **As dobras da memória**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008, p. 39-47.

⁷ Por uma questão de rigor filológico, é de grande importância destacar que Nietzsche cometera um equívoco de citação ao colocar na boca do ladrão a frase na qual se proclama a divindade de Jesus, quando na verdade teria sido um centurião romano, um “gentio”, que enunciara essa sentença. Todavia, no contexto de sua interpretação da vivência crística, pouca diferença isso faz, pois acima de tudo Nietzsche compreendeu a manifestação máxima da beatitude de Jesus mesmo em sua Paixão.

Nietzsche e o problema da fisiologia do ressentimento na moral religiosa

instituição cristã lançou contra o povo judeu por vários séculos. Tanto pior, a teologia cristã proclamava a idéia de que Jesus sucumbiu na cruz para redimir a humanidade dos seus pecados.

- O destino do evangelho foi decidido com a morte – foi pendurado na “cruz...” Somente com a morte, essa morte inesperada, ignóbil, somente a cruz, geralmente reservada para a *canaille* [canalha] – somente esse horrível paradoxo pôs os discípulos ante o verdadeiro enigma: “*quem foi esse? O que foi isso?*.” – O sentimento abalado e profundamente ofendido, a suspeita de que tal morte poderia ser a refutação de sua causa, a terrível interrogação “por que justamente assim?” – é um estado que se compreende muito bem. Tudo aí tinha de ser necessário, ter sentido, razão, suprema razão; o amor de um discípulo não conhece acaso. Apenas então o abismo se abriu: “quem o matou? quem era seu inimigo natural?” – essa questão irrompeu como um raio. Resposta: o judaísmo dominante, sua classe mais alta. Nesse instante sentiram-se em revolta contra a ordem, entenderam Jesus, em retrospecto, como *em revolta contra a ordem*. Até ali *faltava*, em seu quadro, esse traço guerreiro, essa característica de dizer o Não, fazer o Não; mais até, ele era o contrário disso. Evidentemente, a pequena comunidade não compreendeu o principal, o que havia de exemplar nessa forma de morrer, a liberdade, a superioridade sobre todo sentimento de *ressentiment* [ressentimento]: - sinal de como o entendia pouco! Jesus não podia querer outra coisa, com sua morte, senão dar publicamente a mais forte demonstração, a *prova* de sua doutrina... Mas seus discípulos estavam longe de *perdoar* essa morte – o que teria sido evangélico no mais alto sentido; ou mesmo de oferecer-se para uma morte igual, com meiga e suave tranquilidade no coração... Precisamente o sentimento mais “inevangélico”, a vingança, tornou a prevalecer. A questão não podia findar com essa morte: necessitava-se de “reparação”, “julgamento” (- e o que pode ser menos evangélico do que “reparação”, “castigo”, “levar a julgamento”!). Mais uma vez a expectativa popular de um Messias apareceu em primeiro plano; enxergou-se um momento histórico: o “reino de Deus” como ato final, como promessa! Mas o evangelho fora justamente a presença, a realização, a realidade desse “reino de Deus”... Pela primeira vez carrega-se todo o desprezo e amargor contra fariseus e teólogos para o tipo do mestre – tornando-o assim um fariseu e teólogo! Por outro lado, a frenética veneração dessas almas totalmente saídas dos eixos não mais tolerou a evangélica

Nietzsche e o problema da fisiologia do ressentimento na moral religiosa

identificação de cada um como filho de Deus, que Jesus havia ensinado: sua vingança foi *exaltar* extravagantemente Jesus, destacá-lo de si: assim como os judeus de outrora, por vingança contra os inimigos, haviam separado de si e erguido às alturas o seu. O único Deus e o único filho de Deus: ambos produtos do *ressentiment...* (**O Anticristo, § 40**). [Trad. de PCS]

A instituição cristã cria uma espécie de vínculo moral do cristão para com a instituição religiosa, uma espécie de sentimento de obrigação que leva o fiel a justificar a Paixão de Jesus através da prática virtuosa, segundo as conveniências da estrutura eclesial. Para obter o favorecimento divino, o fiel cristão deve se submeter moralmente aos ditames sacerdotais (**O Anticristo, § 27**).

A vivência originária da mensagem de Jesus pressupunha o transbordar da plenitude do amor entre os homens, como modo de se obter a supressão dos estados degenerativos da afetividade humana, pois que o ódio, o ressentimento e o rancor são afetos que prejudicam o florescimento saudável da vida humana. Todavia, Nietzsche destaca justamente a idéia de que aqueles que se consideram “cristãos”, sobretudo os detentores da mensagem cristã, os sacerdotes e a ordem teológica estabelecida desenvolveram uma conduta de vida diametralmente oposta àquela praticada pelo Nazareno, pois ressaltaram conceitos como “culpa”, “pecado”, “inferno”, como recursos de coerção contra as aspirações da comunidade religiosa. Em decorrência do medo de vir a sofrer a terrível punição divina, o devoto cristão submete a sua vida aos ditames sacerdotais, tornando a sua existência uma espécie de extensão do projeto normativo proposto pela esfera religiosa, praticando piedosamente as ações que são impostas severamente pelo grupo religioso. Todavia, podemos nos perguntar: por qual motivo o sacerdote necessita impor a lei religiosa ao fiel? Pensando segundo a perspectiva nietzschiana, justamente por causa do desejo de perceber a homogeneidade das características de todos aqueles que se encontram sob a sua orientação espiritual, no qual todo tipo de desvio de conduta deve ser punido, a fim de se evitar que a massa venha a praticar ações tal como essa. Eis o motivo pelo qual o crítico, o questionador dos valores morais, é considerado um “pecador”, merecendo, portanto, ser estigmatizado e, quando possível, punido com o máximo rigor pela organização sacerdotal.

O estado psíquico que se encontra subjacente nesse processo de se tentar controlar as ações e pensamentos dos fiéis é o ressentimento, decorrente da incapacidade do instituidor da regra moral poder usufruir adequadamente de tudo aquilo que ele deseja. Como o sacerdote ascético não pode desfrutar de certas coisas, ele considera que ninguém mais também o poderá, pois a contemplação da satisfação e da saúde alheia lhe causa incômodos afetivos. O tipo ressentido se sente moralmente ofendido ao ver constituições existenciais bem logradas, afirmativas e criativas, e quando tal pessoa detém o poder eclesiástico, o resultado não tarda a aparecer: a elaboração de uma regra de conduta universal, adornada por uma autoridade transcendente (a idéia de “Deus” punidor) para que a coletividade se submeta a tal mandamento. Se o sacerdote ascético sustentasse sua manipulação ideológica sobre as massas apenas através de sua figura humana, pouco poder sobre o rebanho de fiéis ele obteria. A partir do momento em que o sacerdote ascético proclama que as suas palavras representam a autoridade divina, os correligionários se adequam passivamente ao seu discurso.

A moralidade coercitiva gera o surgimento de problemas fisiológicos no indivíduo que se encontra sob a sua égide, pois que este elabora uma compreensão temerosa acerca da vida. Tanto pior, não o auxilia na capacidade de eliminar os sentimentos reativos em sua afetividade, ou ao menos de enfraquecer os seus efeitos degenerativos. Como forma de explicar melhor essa questão, podemos nos remeter ao ensinamento de Jesus acerca do perdão a ser concedido aos nossos ofensores. Não seria esta uma forma prática do cristão se desvencilhar do mal-estar do ressentimento em sua vida? Pois que ele, a partir da prática do perdão, suprime qualquer tipo de ódio contra o seu agressor, atitude essa que requer uma elevada nobreza de espírito para que seja concretizada. Eis o motivo pelo qual um indivíduo, para ser considerado um cristão autêntico, deve fazer vigorar tal prédica. Caso contrário, como ele pode se denominar cristão no sentido pleno da palavra, se porventura ele não é capaz de assimilar as experiências desagradáveis do cotidiano através da prática do perdão? Na primeira situação desfavorável, o amor ao próximo é posto de lado. Todavia, talvez maior distorção em relação a mensagem de Jesus se encontre na insistência com que a moralidade teológica ressalta as ameaças de punição contra os ditos

“pecadores”, isto é, aqueles que não se submetem aos ditames sacerdotais. Ao invés da moral cristã proporcionar a diluição do ressentimento, ela o potencializa de tal modo que acaba por gerar essa tensão, na consciência do fiel, entre o “Bem” e o “Mal”, considerados como pólos antagônicos indissociáveis (**Além do Bem e do Mal, § 260**). Situado entre a crença em um mundo transcendente e as punições que lhe advirão caso não cumpra o que lhe é determinado, a sua vida se torna um evento onde os seus instintos naturais e a sua criatividade latente são calados, em prol da adequação aos valores transcendentes dos líderes religiosos. A idéia de pecado é certamente o meio mais eficaz para subjugar a individualidade do cristão perante os códigos de conduta criados pela elite religiosa, detentora do discurso oficial. Porém, tal como Nietzsche destaca, o pecado é uma criação da imaginação humana, sem correspondência com o mundo efetivo em que vivemos, justamente servindo de elemento castrador das ações extraordinárias dos homens (**O Anticristo, § 15**).

As insistentes comparações que Nietzsche realiza entre a moralidade cristã e o Budismo evidencia os rumos que foram tomados por essas duas religiões ao longo das suas respectivas trajetórias ao longo da história.⁸ A prática budista luta contra a dor, e para tanto, favorece a supressão do ressentimento, através da contínua diminuição da intensidade do seu principal afeto condutor, o ódio, fazendo assim com que o seu adepto venha a progressivamente desenvolver uma condição de vida mais saudável e serena, pois que se encontra livre das circunstâncias que podem lhe motivar estados de sofrimento (**O Anticristo, § 20**). O Budismo pretende obter o silêncio, a ausência de excitações nervosas, pois o ressentimento fere o princípio budista da paz íntima, saúde psíquica, quietude. Certamente o ponto forte dessa questão reside no fato de que o Budismo desenvolve essas prédicas práticas visando fins dietéticos, isto é, fisiológicos, e não metafísicos, como pressupõe a moral cristã (**O Anticristo, § 21**).

⁸ Cabe nesse ponto o esclarecedor comentário de Deleuze em *Nietzsche e a Filosofia*, p. 234, ao afirmar que “Cristo não era nem judeu nem cristão, mas budista; mais próximo do Dalai-Lama do que do Papa”.

Dessa maneira, a compreensão fisiológica do corpo e da vida como um todo é a grande aliada da experiência religiosa. Os antigos iogues, ainda que talvez inconscientemente, descobriram esses resultados salutares, e sistematizaram essas conquistas nos textos sagrados. Enquanto essas técnicas orientais exigem apenas que o praticante adquira condições propícias para a sua vitalidade mediante o seu esforço pessoal, a perspectiva cristã, quando obtém efeitos análogos nessas práticas espirituais, colore-se de elementos “místicos”, como se o indivíduo tivesse adquirido uma elevação do estado de consciência mediante uma espetacular intervenção divina.

A finalidade existencial visada pela disciplina budista é, nessas condições, muito nítida, capitaneando meios de se exercer um aprimoramento das condições vitais do seu praticante, mediante a compreensão de que alguns estados afetivos podem abalar a sua harmonia pessoal, a sua saúde fisiológica. Na visão budista de mundo, o “Mal” não é a prática de uma ação imputada como incorreta contra a ordem cósmica, tal como o “pecado” na moral normativa da religião cristã, mas a inserção de sentimentos depressivos na afetividade pessoal, que motivam a degenerescência fisiológica do organismo humano e de todas as suas valorações subseqüentes. O Budismo, segundo a interessante definição de Nietzsche, se situa “além de bem e mal” (**O Anticristo, § 20**), pois o seu projeto axiológico não decorre de uma necessidade de se corrigir uma deficiência moral da civilização, mas de proporcionar ao praticante a consolidação de estados psíquicos benfazejos no exercício da vida cotidiana. Aliás, a prática budista demonstra que é justamente a aquisição da paz íntima que pode favorecer o desenvolvimento de uma interação mais potente entre os homens, de modo que qualquer transformação social que vise o “aprimoramento” das relações interpessoais ocorre necessariamente de modo endógeno, ou seja, a beatitude individual transborda exteriormente e influencia aqueles que estão ao redor, proporcionando assim a ampliação do nível de alegria desse grupo. Quando um grande número de pessoas manifesta essas disposições harmoniosas afirmativas no decorrer de suas vivências, certamente a própria sociedade adquire um nível vital mais favorável para o seu existir. Por outro lado, quando o esforço para o aprimoramento social é exógeno, isto é, mediante a criação de um código moral que exige

a adequação da massa aos critérios estabelecidos, conforme imposto por uma ordem social normativa, talvez seja até possível que essa sociedade alcance um nível elevado de civilização, na organização das suas instituições, mas, todavia, à custa do empobrecimento vital dos indivíduos e da possível aparição de afetos degenerativos na massa social como um todo.

Ora, para que o praticante dos preceitos budistas possa alcançar estados de consciência mais elevados do que a da massa humana comum, é imprescindível que a sua constituição fisiológica esteja mais limpa possível, tanto do ponto de vista orgânico propriamente dito (é recomendável uma alimentação natural, com a ausência de carnes em prol do consumo de vegetais frescos), como da atividade mental (a eliminação de sentimentos rancorosos e depressivos) (**O Anticristo, § 21**). Da mesma maneira que o organismo do praticante do budismo é treinado para consumir apenas alimentos saudáveis e puros, prenes de vitalidade nutriente, assim também em relação ao fluxo de afetos decorrentes das suas interações cotidianas. O regalo em estados afetivos tristonhos não é pertinente em nenhuma circunstância na vivência budista, daí decorrendo a urgência de jamais se magoar em relação a um pretenso ofensor; se este se compraz em prejudicar a vida de outrem mediante atividades hostis, ele é o verdadeiro miserável, não o ofendido, pois que o ofensor virulento se constrói como pessoa da tal maneira por ansiar de todas as formas obter o controle extensivo sobre aqueles que são supostamente mais fracos fisicamente. Eliminando a reatividade diante da virulência de um ofensor, o budista lhe demonstra claramente ter o controle axiológico da situação de conflito, pois a sua serenidade diante da ameaça de violência exerce um poderoso efeito psicológico no agressor, ainda que este venha a atentar efetivamente contra o adepto. Portanto, o ato de se superar os efeitos destrutivos do ressentimento, da ira, do rancor contra causas externas, se torna no Budismo não um dever moral, uma finalidade transcendente, mas uma necessidade prática que, aplicada de forma rigorosa e adequada, proporciona a ampliação do equilíbrio psíquico do praticante e a garantia de uma beatitude duradoura. Essa disciplina não visa um objetivo ulterior ao do âmbito da vida concreta, mas a instauração do júbilo na imanência.

O Cristianismo, por sua vez, enaltece continuamente a luta contra o “pecado”, que é o primeiro passo para a uma grande distorção da realidade, pois que o pecado não existe efetivamente, sendo na verdade uma criação teológica para designar um postulado “mal moral” da existência humana (**O Anticristo, § 20**). O segundo passo consiste no grave problema de que a moral cristã denomina como “pecado” a transgressão do homem aos ditames divinos, e a obtenção da felicidade e da plenitude espiritual somente se tornam possíveis, de acordo com essa perspectiva, através da prática de ações consideradas como “puras”, não-pecaminosas. Para se obter esse grau de perfeição, é necessário que o ser humano abdique da intensidade de sua vida, adequando-se assim aos parâmetros transcendentais de conduta.

Acerca da experiência evangélica de Jesus, Nietzsche, ao contrário do que se poderia imaginar numa leitura superficial, salienta justamente a grande congruência entre a sua prática de vida e a sua mensagem. Tal como Nietzsche destaca com base nos próprios Evangelhos, Jesus não pretendia estabelecer o “Reino de Deus” na Terra, o que denotaria uma grande reatividade em relação ao momento histórico em questão, mais precisamente a dominação do povo judeu pelo poderoso Império Romano. Uma vez que Jesus preconizava a compreensão e o perdão entre os homens, a recriação do Estado de Israel decorreria de um sentimento de patriotismo violento contra o conquistador romano, um sentimento de rancor diante do “inimigo”, cuja presença deveria ser expurgada do solo pátrio dos judeus. Mais ainda, a idéia de um Estado temporal situado extensivamente e circunscrito numa circunstância histórica iria de encontro totalmente aos valores evangélicos de Jesus, segundo o qual “O Reino de Deus está dentro de nós.” (Lucas, 17, 21). Nietzsche realiza uma espécie de paráfrase da mensagem do Nazareno, afirmando que

[...]. O “reino do céu” é um estado de coração – não algo que virá “acima da Terra” ou “após a morte” [...] O “reino de Deus” não é nada que se espere; não possui ontem nem depois de amanhã, não virá em “mil anos” – é a experiência de um coração; está em toda parte, está em nenhum lugar... (**O Anticristo, § 34**) [**Trad. de PCS**].

Esse simbolismo é utilizado para expressar a perspectiva de que não é pelo aspecto material, concreto, que ocorre o estabelecimento dos valores divinos de beatitude, de apaziguamento das tensões afetivas, mas pela compreensão íntima, pela experiência singular da afetividade, daí a idéia de que o Reino dos Céus estaria dentro de nós mesmos. Por conseguinte, se revela a idéia de que não precisamos estabelecê-lo politicamente, tal como era esperado pela classe dos messiânicos revolucionários, que aguardavam sofregamente essa instauração do reino divino na esfera terrena. Os valores extensivos de posse, de controle, de reação contra a diferença, tal como empreendido por esse grupo de seguidores, impossibilitaram a estes mesmos a capacidade de compreenderem e de praticarem um modelo de vida na qual o aspecto mais importante que se destacaria nesse sistema religioso seria a liberdade de espírito diante de qualquer atribulação do mundo cotidiano, decorrente da incapacidade de se vivenciar afirmativamente os valores crísticos. Entretanto, Nietzsche destaca que a própria transformação da religião cristã em organização social amparada pela política oficial já denotava uma corrupção do movimento evangélico empreendido por Jesus, pois essa reviravolta radical do Cristianismo tornava essa religião uma espécie de ressurreição da velha teocracia judaica. A prática crística é totalmente estranha ao desejo de se elaborar um corpo institucional elaborado de maneira hierárquica para a religião, pois exclui desta justamente a sua intensidade existencial.

Jesus pretendia despertar nos seus seguidores o sentimento de que a integração com o divino ocorre de maneira singular, sem a necessidade de mediação de uma casta sacerdotal, pretensamente detentora do poder teocrático. Isso não quer dizer que a vivência crística negaria o valor da associação entre os seus adeptos, favorecendo assim a comunhão. Em certas circunstâncias, essa agregação se torna até mesmo adequada, pois fortalece a manutenção da própria prática cotidiana do amor ao próximo e do perdão incondicional. O que seria estranho ao modelo de conduta da prática cristã seria a tentativa de se homogeneizar as experiências religiosas dos seus adeptos, tornando-os submissos a uma autoridade que cria a sua hegemonia através de elementos efetivamente materiais.

Em vista destes fatores, podemos então perceber os motivos que levam Nietzsche a depreciar o modelo de conduta cristã que prevaleceu na história ocidental, pois que esta enaltecia muito mais o “ter”, isto é, a extensividade, a hierarquia, do que a vivência íntima da experiência evangélica, que supera todo tipo de convenção baseada na posse material e nas convenções morais homogêneas. Nessas condições, a diferenciação entre mensagem de Jesus e a apropriação indébita do seu legado se torna uma necessidade crucial, a fim de que possamos compreender em que ponto surge a drástica ruptura entre ambos. Um dos sintomas dessa cisão decorre justamente da incapacidade do dito cristão, de um modo geral, tomar como modelo de conduta o exemplo da prática crística proposto por Jesus, em especial a importantíssima questão do amor ao próximo e a capacidade de perdoar as ofensas, mesmo nas circunstâncias mais complexas. Somente pode ser considerado “cristão”, no sentido genuíno da palavra, aquele que é capaz de colocar em prática esses princípios evangélicos.

Podemos dizer que a responsabilidade por essa distorção axiológica ocorrida ao longo da história da cristandade se encontra na elite sacerdotal, detentora oficial da palavra sobre as questões do âmbito da religião, sob a qual a imensa comunidade de fiéis se encontra inexoravelmente submetida. Uma vez que se tornava necessário para esse grupo dominante angariar o controle absoluto sobre a consciência dos fiéis cristãos, essa casta teocrática estabelece a criação de pretensos “inimigos”, supostamente contrários aos valores preconizados pelo autêntico espírito cristão. Esse processo favorece a instauração de estados de tensão na afetividade do devoto, que se esforça ao máximo de suas forças para impedir que sua própria ação venha a se tornar imprópria para os olhares dos seus líderes religiosos, e claro, para Deus, pois ao seu olhar transcendente nada é oculto. Quando o fiel cristão não consegue se adequar aos parâmetros normativos estabelecidos, ele tende a desenvolver uma espécie de sentimento de culpa, decorrente de sua fraqueza de caráter em perseverar na virtude moral, segundo os critérios coercitivos próprios do grupo dos sacerdotes moralistas.

De acordo com a argumentação proposta, devemos dizer que essa tipologia de comportamento não corresponde ao projeto evangélico de Jesus, pois que a excitação dos estados nervosos de

tensão, de medo, de insegurança ou de angústia do homem diante da divindade, ao invés de favorecer a instauração de um sentimento de comunhão, de interação imanente entre as duas esferas, gera um distanciamento, uma ruptura na qual o fiel acaba por acreditar ser ele o responsável por esse afastamento da beatitude da relação para com o divino. Decorre daí a sua contínua depreciação, a auto-humilhação imposta sem qualquer consideração com os transtornos psicofisiológicos que são gerados por esse gosto mórbido de se martirizar moralmente. A instauração da consciência de culpa, uma consequência da ação repressiva do grupo sacerdotal, é totalmente contrária ao espírito cristico, pois torna o homem angustiado e infeliz, pois não é a tristeza, que gera a depressão da capacidade de ação do indivíduo, que lhe permitirá alcançar a esfera beatífica do divino. Todavia, essa lógica cruel de imposição da culpa e do tormento moral constitui as bases da axiologia coercitiva da classe sacerdotal, que requer justamente que o seu adepto viva em um constante estado de perturbação íntima, visando um melhor controle sobre o seu modo intrínseco de ser, pois que, quando tomado de paixões tensas, o homem tende a perder a sua capacidade plena de ação, tornando-se um títere dos interesses morais dos sacerdotes, que sabem se utilizar perfeitamente dessa situação de individual para que tenham a capacidade de manipular de forma plena as mentes dos fiéis seguidores.

Considerações Finais

Através da interpretação do pensamento nietzschiano, podemos considerar que as suas objeções aos ideários religiosos ocorreriam, na verdade, apenas contra as práticas religiosas que, ao invés de enfatizarem a possibilidade do ser humano desenvolver uma vida cotidiana marcada pela saúde orgânica, pelo bem-estar, pela alegria, salientam justamente o contrário desses estados psicofisiológicos. Essa circunstância maleficamente degenerativa da vida humana ocorre através do destaque aos conceitos moralistas de “culpa”, “arrependimento”, “pecado”, “punição eterna”, dentre outros afins. A prática religiosa que se sustenta sobre essas bases, ao invés de favorecer a elevação dos estados criativos do fiel, motiva a sua violenta depressão, pois este teme se desviar da conduta estabelecida pela moralidade religiosa estabelecida, acreditando

assim desagradar a esfera da divindade. Todavia, essa compreensão limitada da existência é incapaz de perceber que é a casta sacerdotal que cria essa concepção normativa e coercitiva da prática religiosa, induzindo os seus seguidores a, no entanto, seguirem cegamente esses mandamentos, acreditando que tais normas decorrem da própria imposição divina.

Pensando de acordo com Nietzsche, podemos considerar que é o ressentimento que gera essa distorção hipócrita da moral religiosa, pois a concepção sacerdotal considera que, se porventura esse grupo não pode realizar certas práticas, ninguém mais o pode, ocasionando sanções e ameaças aos que recalcitram nas ações imputadas como “impuras”, imorais. Esse problema se manifestou ao longo da história do Cristianismo enquanto religião instituída de cunho normativo, através da absurda distorção da mensagem original de seu inspirador, Jesus. Entretanto, é possível a elaboração de uma prática de vida similar ao do modelo evangélico realizado por Jesus. Basta que a moralidade distorcida elaborada ao longo dos séculos pela casta sacerdotal seja rigorosamente revista e posta de lado, fazendo-se ressurgir novamente os valores originais da autêntica prática crística, circunstância que favoreceria a transvaloração da moral cristã em uma experiência extra-moral, comprometida efetivamente com a instauração de uma beatitude imanente entre os seguidores da valorização crística.

Referências bibliográficas

BISER, Eugen. “Relação de Nietzsche com Jesus: um confronto psico-literário”. In: *Nietzsche e o Cristianismo*. Trad. de Miguel Gomes Mourão de Castro. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 74-82.

DANTE ALIGHIERI. *A Divina Comédia*. Trad. de Ítalo Eugênio Mauro. São Paulo: Ed. 34, 1998.

DELEUZE, Gilles. *Nietzsche e a filosofia*. Trad. de António M. Magalhães. Porto: Rés-Editora, 2001.

NIETZSCHE, Friedrich. *Sämliche Werke. Kritische Studienausgabe*.

Nietzsche e o problema da fisiologia do ressentimento na moral religiosa

Edição organizada por Giorgio Colli e Mazzino Montinari. 15 Vols. Berlim: Walter de Gruyter, 1967-1978.

_____. *Além do bem e do mal – Prelúdio a uma Filosofia do Futuro*. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *O Anticristo*. Trad. de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2001.

_____. *O Anticristo / Ditirambos de Dionísio*. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *Aurora*. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. *Ecce Homo – como alguém se torna o que se é*. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *Genealogia da Moral – Uma polêmica*. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

PASCHOAL, Antonio Edmilson. “O perdão como sinal de força e saúde. Especulações em torno da filosofia de Friedrich Nietzsche” In: BARRENECHEA, Miguel Angel de (org.). **As dobras da memória**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008, p. 39-47.

SCHELER, Max. *Da Reviravolta dos valores*. Trad. de Marco Antônio dos Santos Casanova. Petrópolis: Vozes, 1994.

TOLSTÓI, Leon. *O Reino de Deus está em vós*. Trad. de Celina Portocarrero. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos, 1994.

WOTLING, Patrick. *Nietzsche et le problème de la Civilisation*. Paris: PUF, 1999.